

# 1

## As políticas do virtual

A extensão do conceito de “política” nas mídias digitais e no ciberespaço é tão grande quanto no mundo *offline*. E o primeiro problema nasce das possibilidades de uso dessa palavra: “política”, como no caso da maior parte dos conceitos, é usada de maneiras diferentes por vários pesquisadores.

Em sentido comum, a noção de política é geralmente relacionada a partidos e governos em sua relação com as organizações da sociedade. De forma restrita, está ligada à administração das coisas públicas, ligada não apenas aos responsáveis por isso, mas a todos os envolvidos, os cidadãos.

De maneira ampliada, a noção de política está ligada às questões de poder e direito na vida cotidiana. Neste último sentido, as lutas de grupos minoritários por reconhecimento e expressão, ou mesmo questões de identidade são pensadas como atos políticos – afinal, ter uma identidade, em alguns casos, significa lutar pelo *direito* e pela *possibilidade* de ser quem se é no espaço público.

As mídias digitais possibilitaram ao mesmo tempo uma transposição e uma transformação dessas noções de política. Na medida em que se misturam com a vida e alteram as relações sociais, se articulam também com as possibilidades de ação política nos vários sentidos da palavra, agregando novas dimensões à questão.

### Três dimensões do conceito

A concepção das relações entre política, mídias digitais e ciberespaço varia conforme o foco de pesquisa: o que é “política” para alguns autores não é para outros – em alguns casos, não seria considerado talvez digno de atenção dentro dessa esfera de estudos. No caso das mídias digitais, isso pode ser verificado na quantidade de temas trabalhados dentro desse assunto, indicando as várias faces do que se entende por “política”.

Em um sentido estrito, pensando a política como aquilo que se relaciona com o Estado, os partidos e o governo, as mídias digitais tornaram-se um instrumento fundamental na sedimentação das relações entre essas instâncias e a sociedade. As campanhas políticas via internet tornaram-se parte das disputas eleitorais, com o uso de todo tipo de estratégia, da criação de perfis de candidatos nas redes digitais até a divulgação de propostas em *blogs* de partidos e de políticos.

Na extensão média do conceito, pensando a política como algo relativo à administração pública, a possibilidade de acompanhamento das ações governamentais vem permitindo novas formas de engajamento político dos cidadãos interessados. A discussão pública de assuntos igualmente públicos torna-se mais fácil – o que não significa, evidentemente, que um assunto vai ganhar a atenção dos cidadãos só porque é divulgado em uma rede social digital.

Pensada em seu sentido mais amplo, a política nas mídias digitais relaciona-se com as diversas manifestações e afirmações de identidade, na disputa pela chance de chamar a atenção de outras pessoas para problemas sociais diversos, procurando não apenas o engajamento, mas também a visibilidade. Isso significa aparecer em público e dar mais espaço para uma causa, reivindicação ou problema.

Um *blog* ou perfil em rede social que marque posição a respeito de um estilo de vida pode ser entendido como um ambiente político – a identidade, em público, torna-se um problema político.

### **Política, entre o Direito e a Economia**

Há ainda outras questões vinculadas a elementos políticos nas mídias digitais, próximas de questões econômicas, sociais e jurídicas.

De um lado, a desigualdade de acesso à internet, a chamada “exclusão digital”, é um problema trabalhado por diversos autores desde a liberação comercial da rede, ainda nos anos de 1990. O fato de existir uma rede mundial de computadores e informações não significa que todos tenham acesso a ela. Ao contrário, isso tem um custo – pelo menos um computador e uma conexão com a internet, algo longe de ser universal. A procura pela inclusão digital, isto é, a criação de mecanismos que permitam o aumento do número de pessoas com acesso à internet é um problema político na medida em que implica, entre outras coisas, a criação de políticas públicas que facilitem esse acesso.



Um segundo problema refere-se ao que vem depois do acesso, isto é, o uso da rede – a diferença entre competências, se essa é uma palavra correta, para navegar. Nesse sentido, ter acesso é apenas uma parte; saber utilizar a rede, encontrar informações e transformá-las em conhecimento também pode ser um fator de exclusão digital, e nem sempre relacionado a problemas econômicos, mas também a outros, como a faixa etária, por exemplo – algumas faixas etárias têm mais facilidade para lidar com os ambientes digitais do que outras. Em seu livro *Comunicação e democracia*, Wilson Gomes e Rousiley Maia apontam algumas dessas questões, que, com o risco de qualquer síntese, podem ser pensados em uma tabela:

### Internet e participação política

A perspectiva da participação	A perspectiva dos críticos
Superação dos limites de tempo e espaço para a participação política	Informação política qualificada?
Extensão e qualidade do estoque de informações <i>online</i> .	Desigualdade de acesso.
Comodidade, conforto, conveniência e custo.	Cultura política.
Facilidade e extensão do acesso.	Os meios de massa continuam predominando.
Sem filtros nem controles.	O sistema político continua fechado.
Interatividade e interação.	Liberdade e controle.
Oportunidade para vozes minoritárias ou excluídas.	O panóptico e a ciberameaça.

GOMES, W. & MAIA, R. *Comunicação e democracia*. São Paulo: Paulus, 2008, p. 302-324.

Outra dimensão das questões políticas na internet diz respeito aos problemas relacionados também ao Direito. A atividade *hacker*, por exemplo, tende a ser pensada como crime dentro das noções de Direito, mas, em outra leitura, pode ser uma forma extrema de ativismo político dentro da rede.

Do mesmo modo, as questões relacionadas à violação de direitos autorais na distribuição ilegal de conteúdo na internet – a pirataria de música, filmes, jogos e aplicativos de computador – está na confluência de decisões políticas, legais e comerciais. Os reflexos econômicos dessas atividades não deixa de ser mostrado pelas indústrias da cultura ao mostrarem quanto perdem por conta disso. Além disso, ao mesmo tempo em que procuram

criar barreiras e formas de coibir esses atos, desenvolvem estratégias para implementar a distribuição de conteúdos *online*, procurando ocupar espaços comerciais também dentro das mídias digitais.

Finalmente, a excessiva visibilidade, a ausência de privacidade e a vigilância existente nas mídias digitais e no ciberespaço são igualmente um problema econômico, social e político.

Econômico, entre outros fatores, na venda ilegal de informações pessoais: alguém se cadastra em um *site* de compras, por exemplo, que, além de vender a mercadoria para o consumidor, vende ou transfere os dados do perfil desse consumidor para outra empresa.

Social, neste caso, por conta das alterações que a excessiva visibilidade pode trazer para as relações sociais: o máximo de visibilidade pode significar transparência e segurança, mas também controle e vigilância.

Neste último aspecto, o domínio dos territórios da internet e do uso das mídias digitais é político: o controle universal do acesso (com o uso, por exemplo, de uma senha pessoal ligada ao documento de identidade) eliminaria o anonimato da rede. Isso é visto por alguns como uma possibilidade de inibir crimes no ciberespaço ao garantir a possibilidade de rastreamento de todos os acessos, *links* e *sites* visitados, enquanto outros entendem que o fim do anonimato seria o fim de um tipo de liberdade de expressão que só existe na internet por conta dessa ausência de identificação.

O panorama dos estudos e das questões relacionados à política nas/das mídias digitais e da internet mostram um campo em pleno desenvolvimento, no qual questões de poder presentes nos espaços *offline* se entrecruzam com as possibilidades de divulgação e visibilidade pública de questões, mas também de anonimato e vigilância de atividades. Não muito distante das políticas no mundo concreto – mas com outras potencialidades.

### © *Para ir mais longe*

BRUNO, F. “Monitoramento, classificação e controle nos dispositivos de vigilância digital”. In: AUTOUN, H. (org.). *Web 2.0*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

CAZELOTO, E. *Inclusão digital*. São Paulo: Senac, 2010.

FRAGOSO, S. & MALDONADO, A.E. *Internet na América Latina*. Porto Alegre: Sulina, 2011.



GOMES, W. & MAIA, R. *Comunicação e democracia*. São Paulo: Paulus, 2008.

GOMES, W.; MAIA, R. & MARQUES, F.J. *Internet e política no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 2012.